

“VISITA AO CENTRO DA MENTALIDADE AUTORITÁRIA”: os registros do DEOPS/SP e a luta dos movimentos pela anistia no final da década de 1970

Pâmela de Almeida Resende¹

Resumo: O final da década de 1970 foi marcado pela intensificação das manifestações sociais que exigiam, entre outras coisas, o retorno dos militares aos quartéis. Esse período foi marcado também pela decretação da Lei 6.683, chamada Lei de Anistia, em 1979. O objetivo deste artigo é analisar, através da documentação presente na série Dossês do Fundo DEOPS, a atuação de parte da comunidade de segurança do regime civil-militar em relação aos movimentos pela anistia. Nesse sentido, buscou-se compreender os critérios pelos quais determinadas pessoas e movimentos eram alvos de investigações, o modo como o regime procurou cercear os indivíduos, seja na busca da informação, seja na prática da repressão, e quais tipos de informações eram considerados importantes, com o intuito de desvendar o *modus operandi* desse aparato estatal.

Palavras-chave: Repressão. Anistia. Abertura política.

Abstract: The end of the 1970s was marked by the intensification of social protests that demanded, among other things, the return of the military to the barracks. This period was also marked by the enactment of Law 6683, called Amnesty Law in 1979. The aim of this paper is to analyze, through the documentation in this series Dossiers DEOPS Fund, the role of the community's security-military civilian rule in the relation the movement for amnesty. Accordingly, we sought to understand the criteria by which certain persons and movements were targets of investigations, how the regime sought to curtail individuals, whether in search of information, whether in the practice of repression, and what types of information were considered important with the aim of uncovering the modus operandi of the state apparatus.

Keywords: Repression. Amnesty. Political opening.

A partir da década de 1990, tendo em vista o processo de redemocratização e a atuação de diversos movimentos de direitos humanos na cena pública, ocorreu em diversos estados brasileiros um processo de abertura à consulta pública dos acervos dos órgãos estaduais da polícia política. Num primeiro momento, a importância desse arquivo estava diretamente vinculada a uma pressão, por parte dos movimentos de direitos humanos, pela responsabilização do Estado pelos crimes ocorridos durante o regime civil-militar iniciado em 1964. Segundo Enrique Serra Padrós,

O debate sobre a existência dos arquivos repressivos, da sua destruição ou das dificuldades dos governos democráticos em descobri-los, torná-los públicos ou tornar menos rígida a legislação específica para seu acesso, é parte dos problemas com os quais se defrontam, na atualidade, os pesquisadores do presente. A disputa pela sua abertura está contaminada pelo tema do revanchismo, acusação feita por setores vinculados ou

¹ Mestranda em História Social pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). Email: pamelaresende@yahoo.com.br.

simpatizantes do antigo establishment autoritário aos setores que exigem conhecer a verdade sobre aqueles fatos do passado recente.²

Nesse sentido, a transferência do *corpus* documental, em 1993, do DEOPS/SP para o Arquivo Público do Estado de São Paulo representou, então, uma tentativa de interromper a cadeia de impunidades que permaneceria na sociedade atual, já que ali se encontram documentos que comprovam o exercício da prática sistemática da vigilância e tortura, além de serem decisivos para o esclarecimento e o resgate de parte da história³. A questão que se coloca, portanto, é sobre a arte de fazer perguntas às fontes, buscando compreender a procedência de cada documento, as condições de sua produção, tendo em vista sempre que a organização desse tipo de acervo expressa a dinâmica de um organismo de inteligência e uma *verdade* que seus agentes construíram para legitimar suas ações.

Ao levar em conta a perspectiva da polícia política, deve-se reconhecer que a riqueza do acervo DEOPS/SP para os estudos históricos está menos nos “furos de reportagem” que ele pode trazer à tona e mais na prática de um órgão que atuou cotidianamente durante boa parte do período republicano. De acordo com a amplitude temporal do seu acervo, 1924-1983, é possível mapear o trabalho de vigilância e repressão da polícia política sobre diferentes setores da sociedade civil, além de adentrar o campo das memórias desses mesmos agentes. No entanto, independente do recorte estabelecido, é necessário problematizar o significado desse “olhar vigilante”, tendo em vista a própria produção e organização da informação coletada.

Tomando como ponto de partida a luta dos movimentos pela anistia⁴, os últimos anos da década de 1970 e o clima político desse período são, então, fundamentais para uma melhor compreensão da “lógica da suspeição”. Em função de suas características, a Lei de Anistia de 1979⁵ não significou o encerramento da demanda por justiça proveniente dos

² PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. In: *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.1, n. 1, p. 40-41, jan./jun. 2009.

³ Soma-se a isso o lançamento, em abril de 2009, do projeto Memórias Reveladas, que reúne informações sobre o acervo arquivístico relacionado à temática da repressão política no período de 1964-1985, custodiado por diferentes instituições brasileiras. É válido ressaltar, ainda, a realização em diversos estados brasileiros das chamadas “Caravanas da Anistia”, uma das ações do projeto “Anistia Política: Educação para a Cidadania e os Direitos Humanos”. A atividade vem realizando sessões de julgamento de processos de ex-perseguidos políticos, ato de construção da bandeira das liberdades democráticas e campanhas de arrecadação nos diversos estados da federação com o intuito de contribuir para o conhecimento e reflexão do nosso passado recente.

⁴ Em 1975, com o nascimento do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), a luta pela anistia passa a dominar a cena pública. Todavia, apenas com a criação dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), em 1978, é que essa frente de luta ganha maior abrangência. Em pouco tempo, os CBAs revelaram-se um dos mais eficientes movimentos de ação política, além de concentrarem seus esforços em objetivos que iam além da luta pela anistia, em seu sentido restrito, compreendendo também a busca do que aconteceu com os desaparecidos, a denúncia das condições precárias dos presos políticos, desmontagem do aparato repressivo, além da pressão para a libertação de brasileiros presos em países com regimes ditatoriais na América Latina.

⁵ Em 28 de agosto de 1979, o Congresso Nacional promulgou a Lei nº 6.683, chamada Lei de Anistia. Dessa forma, concedeu-se indulto a todos os que haviam cometido “crimes políticos ou conexos com estes”. Apesar de ser um marco no processo de abertura política no Brasil, percebe-se que apesar da amplitude da luta pela

amplos setores atingidos pelo regime civil-militar, incluindo os movimentos pela anistia. O que se verificou foi uma lei que trouxe consigo mobilizações e reivindicações tanto dos cidadãos não anistiados como daqueles que haviam sido “beneficiados” com a anistia, mas estavam insatisfeitos com o caráter da lei⁶. De um lado, os movimentos sociais, incluindo aqueles em defesa da anistia, apontavam para a necessidade de uma anistia que fosse “ampla, geral e irrestrita”. Reivindicavam, ademais, o fim do Estado de exceção, o desmantelamento do aparelho repressivo, a restauração do *habeas corpus* e o esclarecimento das circunstâncias em que ocorreram as mortes e os desaparecimentos. Do outro lado, há os militares, para os quais a questão da anistia figurava como mais um ponto de divergência dentro e fora da corporação⁷. No processo de “abertura lenta, gradual e segura”, iniciado por Ernesto Geisel, em 1974, percebe-se a noção de concessão, compromisso e consenso por parte do regime.

Nesse contexto, a existência do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS/SP) representa uma parte fundamental do aparato repressivo do Estado. Embora tenha recebido diferentes denominações ao longo de sua história, as funções desse órgão eram, em seu conjunto, muito similares, já que essa variedade de nomenclaturas não implicou uma mudança das suas atribuições, sempre voltadas para a vigilância constante sobre aqueles considerados suspeitos de atentarem contra a “ordem político-social”. Tal acervo é constituído por 101 livros de Registros de Inquiridos Policiais, além das 4 séries documentais, a saber: Prontuários (170 mil fichas e 150 mil prontuários); Dossiês (1,1 milhão de fichas remissivas e 9 mil pastas); Ordem Política (1,5 mil pastas) e Ordem Social (235 mil fichas e 2,5 mil pastas)⁸.

Os documentos constantes na série Dossiês⁹ podem ser divididos em duas categorias: a primeira refere-se àqueles documentos produzidos pelo órgão policial, ou seja, relatórios, informes, telegramas, etc., demonstrando, assim, o *modus operandi* da polícia política; a segunda diz respeito aos documentos produzidos pelos setores atingidos pela

anistia, a lei aprovada pelo regime não atendia aos objetivos dos movimentos que a defendiam e lutavam por ela, já que tal lei anistiava tanto os torturadores quanto os torturados.

⁶ MACHADO, Flávia Burlamaqui. *As Forças Armadas e o processo de anistia no Brasil (1979-2002)*. Dissertação (Mestrado em História)–Departamento de História da UFRJ, Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. p. 9.

⁷ D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary D.; CASTRO, Celso. *A volta aos quartéis*. A memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

⁸ Com o intuito de desvendar essa tipologia documental, foi criado o projeto “Mapeamento e Sistematização do Acervo DEOPS/SP – Série Dossiês (1940-1983)”, durante os anos de 1998 a 2002, sob coordenação da Prof. Dra. Maria Aparecida de Aquino. Para informações e resultados dessa pesquisa, ver: AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marcos Aurelio Vannucchi Leme de; SWENSSON JR., Walter Cruz (Orgs.). *No coração das trevas: O DEOPS/SP visto por dentro*. v. 1. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2001.

⁹ A documentação da série Dossiês começou a ser produzida na década de 1940 e se extinguiu com o término do órgão em 1983, quando passou para a guarda da Polícia Federal, permanecendo até 1991. Enquanto as séries Prontuários, Ordem Social e Ordem Política são de simples aproximação desde que se conheça a pessoa, tema ou instituição a ser pesquisada, a série Dossiês, a mais numerosa, possui um código alfanumérico extremamente complexo.

repressão policial, dentre eles os movimentos pela anistia, os quais eram apreendidos e anexados às pastas constantes na série Dossiês. Percebe-se, então, que esses diferentes tipos documentais encontram-se organizados de forma a compor uma “estória” narrada pela polícia política, visando a criminalização do indivíduo ou movimento investigado¹⁰.

Nesse sentido, uma das estratégias dos militares para aumentar as informações sobre os possíveis “inimigos” era a infiltração realizada nos movimentos sociais. Os órgãos de informação encaravam essa tarefa como uma ação “preventiva”. Tal técnica consistia basicamente em suspeitar de todos, daí presume-se a necessidade de coletar e arquivar todo e qualquer dado obtido no processo de investigação. Nesses documentos, as informações são extremamente detalhadas, fazendo, na maioria dos casos, referências às pessoas presentes nos eventos vigiados. O objetivo de registrar o maior número possível de informações sem a possibilidade de descarte demonstra o pensar dessas instituições:

[...] a investigação resolvia tudo. Você ia atrás do passado do indivíduo, da ficha policial, se tivesse, acompanhava a sua atuação em vários setores de atividade, colhia o testemunho de pessoas que trabalhavam ou que tinham trabalhado com ele. É a única maneira de se fazer uma investigação desse tipo.¹¹

Esses relatórios, produzidos pelos agentes infiltrados, aparecem, normalmente, transcritos em papel timbrado contendo as seguintes informações: *Secretaria de Segurança Pública – Departamento Estadual de Ordem Política e Social – Serviço de Informações*. De modo geral, recebem um carimbo escrito *Confidencial*. Na sequência do documento, aparecem algumas indicações a serem preenchidas: 1. *Assunto* – 2. *Origem* – 3. *Classificação* – 4. *Difusão* – 5. *Referência* – 6. *Difusão desde a origem* – 7. *Anexo*. Geralmente, apenas três desses quesitos aparecem preenchidos. No primeiro deles, o agente anota o tema do evento acompanhado, por exemplo, de “I Congresso Nacional pela Anistia”, “Ato Público pela Anistia”, “Vigília Cívica”, etc. Outro item preenchido é o quesito *Origem*, no qual a resposta é *A Fonte*. Em último lugar, há a *Difusão* do relatório que, na maioria dos casos, destina-se à *Comunidade de Informações*. Num relatório produzido em 27/07/1979, sobre um movimento de repúdio ao projeto de anistia proposto pelo governo, o agente infiltrado afirma:

¹⁰ KOSSLING, Karin Sant’ Anna. *As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História)–Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 53.

¹¹ MEMÓRIA de José Luiz Coelho Netto. In: ARAÚJO, M.; SOARES, G.; CASTRO, C. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994. p. 231.

Senhor Diretor Geral:

Conforme determinações de Vossa Senhoria, no sentido de mantermos em observações as atividades dos manifestantes, temos a relatar o seguinte:

Conforme programação pré-estabelecida pelo CBA, visando um ato massivo de protesto, justamente quando o movimento é de intensidade maior com a saída do pessoal das inúmeras fábricas da região de Socorro, Santo Amaro, às 17h00, reuniram-se no Largo 13 de maio inúmeros manifestantes com faixas e panfletos para divulgar a campanha de repúdio ao projeto de anistia do governo de João Batista Figueiredo. Os elementos presentes, eram em sua maioria estudantes (20 ou 30 elementos) e deram início ao ato com um batuque, e o estendimento de várias faixas de repúdio à anistia do governo e outras pedindo por Anistia Ampla Geral e Irrestrita, enquanto outros elementos, entre eles Marcelo Barbieri, percorriam pelas adjacências do largo com megafones e panfletos, largamente distribuídos entre os populares. O ato em si não atraiu muita gente, até que alguns soldados do DSV, sob o comando de um oficial da PM, intervieram no movimento, tomando as faixas e provocando um ligeiro tumulto, quando então atraiu a atenção dos populares, momento este aproveitado pelos manifestantes que discursaram com grande eloquência e motivação pelo ato 'repressivo' dos policiais militares do DSV.

Era o que tínhamos a informar.

Atenciosamente, Setor Estudantil – DI/DOPS.¹²

Em outro relatório de 1979, também de maneira detalhada, o agente relata o ocorrido da seguinte forma:

Senhor Diretor Geral:

Com aproximadamente 2500 participantes, realizou-se passeata e ato público pela Anistia Irrestrita, onde compareceram inúmeros parlamentares, artistas, líderes sindicais, representantes de associações e entidades em solidariedade ao movimento de contestações ao projeto de anistia do governo. O movimento teve início por volta das 16h55 com alguns elementos portando faixas "Ditadura terrorista matou operário" e "Pela volta de todos os exilados", sendo que rapidamente a concentração foi aumentando e palavras de ordem e gritarias em coro como "Abaixo a ditadura", vai acabar, vai acabar, vai acabar a ditadura militar. O ato terminou por volta das 21h com o convite a todos comparecerem dia 24/08 no Teatro Municipal às 18h00.¹³

A partir desses relatórios, portanto, encontramos uma série de informações que demonstram o que a polícia pensa sobre o acontecimento ou movimento alvo de sua vigilância, na medida em que trazem longas e detalhadas citações do que foi dito nos encontros. Assim, ao transcrever as falas e intervenções feitas em reuniões e/ou congressos, muitos deles começam e terminam com aspas, além de marcarem a caneta os nomes de todos os presentes. Ademais, confirma-se a existência de um projeto claramente autoritário, evidenciado não só pelo conteúdo propriamente dito, mas, principalmente, pelas

¹² Dossiê 50-Z-130-2500. DEOPS/SP, DAESP.

¹³ Dossiê 20-C-44-4855. DEOPS/SP, DAESP.

terminologias utilizadas: “elemento”, “terrorista”, “subversivo”.

Além disso, grande parte da documentação consultada possui carimbos de “Confidencial”, “Reservado” e “Secreto”, sendo raros os documentos não classificados. Essas classificações nos remetem ao fato de que os militares não esperavam ter de responder por sua comunicação interna, estando esta restrita aos órgãos da comunidade de informações e segurança do regime. Existem, ainda, carimbos com frases de exaltação do regime, como: “A Revolução de 1964 é irreversível e consolidará a Democracia no Brasil”. Percebe-se, então, a necessidade de reafirmar até mesmo para os próprios agentes a serviço do regime os ideais da “revolução de 1964”.

Além desses relatórios que dão conta em detalhes do que acontecia nos eventos, existem também os relatórios diários¹⁴. Comumente, apresentam dois itens centrais: *período*, incluindo a hora e o dia das investigações, e *ocorrências registradas*, sendo estas classificadas em campos de observação, por exemplo: “campo político”, “campo social”, “campo sindical”, “campo estudantil” e “campo subversão”. De modo geral, as atividades dos movimentos pela anistia aparecem registradas no campo “estudantil” e “subversivo”.

A lógica do máximo de informações inseria-se numa visão de que para combater o “inimigo” seria necessário conhecê-lo a fundo. Ademais, a ideia de que toda a informação poderia tornar-se necessária era proveniente da própria característica do DEOPS/SP¹⁵. Nessa perspectiva, o caso que mais chama atenção é o telegrama de 1979, enviado pelo delegado de polícia do DEOPS/SP ao II Exército / SNI / IV Comar, informando que “a Livraria Capitu, situada na Rua Pinheiros, nº 339, está distribuindo convites para uma noite de autógrafos visando o lançamento do livro *Anistia semente da liberdade*, de Terezinha Godoy Zerbini”¹⁶.

O interessante é perceber a movimentação, feita por esse delegado, de parte da comunidade de informações e segurança, através de um telegrama (meio de comunicação conhecido pela urgência do assunto) para avisar sobre uma distribuição de convites. Nesse trecho do documento que, a rigor, não descreve nada de “subversivo”, mesmo para os padrões dos militares, notamos a preocupação em: verificar uma possível convivência da livraria com as atividades dos movimentos pela anistia; nomear a autora do livro e colocar em evidência o endereço onde estavam sendo distribuídos os convites. Documentos como

¹⁴ Relatórios diários: Dossiê 21-Z-14-5559. DEOPS/SP, DAESP; 21-Z-14-5555. DEOPS/SP, DAESP; 21-Z-14-4509. DEOPS/SP, DAESP; 21-Z-14-5025. DEOPS/SP, DAESP; 21-Z-14-5106. DEOPS/SP, DAESP; 21-Z-14-5122. DEOPS/SP, DAESP; 21-Z-14-5024. DEOPS/DAESP.

¹⁵ Ver: APOLLONIO, L. *Manual de Polícia Política e Social*. São Paulo: Escola de Polícia de São Paulo, 1954. p.149.

¹⁶ Dossiê 50-Z-130-2445. DEOPS/SP, DAESP.

esses constituem verdadeiros exemplos das estratégias de “produção de suspeita”, mesmo quando não tinham nada a registrar. De acordo com Caroline Bauer,

A lógica da suspeição, no processo de produção de informações, resulta na prática de uma produção preventiva, pois se acumula uma enorme quantidade de informações sobre a vida pública e privada de indivíduos e organizações considerados potencialmente “subversivos”.¹⁷

Os relatórios produzidos por ocasião da realização do I Congresso Nacional pela Anistia em 1978, promovido pelos CBAs, no Teatro Ruth Escobar, são reveladores dessa “lógica da desconfiança”, já que foi comum encontrar a prática da contrainformação, ou seja, mais de um agente num mesmo evento. Para exemplificar, temos dois documentos da sessão de encerramento desse I Congresso em 05/11/1978. O primeiro relatório¹⁸ é extremamente detalhado: informa o horário de início e término do evento, as pessoas participantes e suas respectivas funções. Na parte destinada aos oradores, as intervenções feitas por eles são citadas individualmente. Dessa maneira, é possível supor que as infiltrações eram técnicas que permitiam um maior conhecimento não só das ideias que circulavam nos movimentos, mas também dos componentes.

No segundo relatório¹⁹, o agente relata como foi, em linhas gerais, organizado o Congresso, afirmando que “basicamente, todas as comissões trabalharam em cima de denúncias de tortura, prisões, desaparecimentos e mortes ocorridas após 64 e atos arbitrários realizados pelo governo durante esse período”. Na sequência, relata:

[...] as lutas a serem levadas a partir do encerramento do Congresso até o próximo consistem em atos públicos, cultos religiosos e ecumênicos, (principalmente por ocasião do Natal); apoio à greve dos metalúrgicos, repúdio à nova (e velha) Lei de Segurança Nacional, ida a Brasília por ocasião de sua aprovação; dias ou semana de protesto, pressionar as autoridades quanto às condições dos presos, visitas em massa dos mesmos, Dia Nacional do Protesto em abril/79.

O interessante a reter, a partir da análise desses relatórios, é que, de diferentes formas, os agentes cumpriram as instruções. Enquanto no primeiro há “apenas” uma descrição pormenorizada do evento, no segundo o informante faz uma série de observações que julga importantes. A partir desses exemplos, é possível perceber a constituição da informação (elaboração de relatórios detalhados e relatórios diários) construída pela polícia

¹⁷ BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3 andar: terrorismo de estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História)–UFRGS, Porto Alegre, 2006. p. 85.

¹⁸ Dossiê 50-Z-0-14864/14863. DEOPS/SP, DAESP.

¹⁹ Dossiê 50-Z-130-5215. DEOPS/SP, DAESP.

política de forma a levar à criminalização do indivíduo e de quem manteve contato com ele de alguma forma, já que todas essas pessoas também se encontram fichadas. Segundo Maria Aparecida de Aquino, “a forma pelo qual o enredo é contado se relaciona perfeitamente com o mesmo. Forma e conteúdo fazem parte de um mesmo conjunto inseparável de intenções”²⁰. No caso da polícia política, como vimos, era recolher o máximo de informações dos que eram classificados como “subversivos”.

Essa “visita ao centro da mentalidade autoritária” mostrou um pouco a importância dessa documentação ao trazer à tona a questão do olhar vigilante e do papel dos agentes infiltrados na atuação junto aos movimentos pela anistia. Por meio desses documentos elaborados pelo DEOPS/SP, foi possível compreender as estratégias utilizadas no combate aos “elementos sediciosos”, além de perceber que essa documentação apresenta uma tipologia mista na qual, se por um lado tem como objetivo identificar o “suspeito”, por outro tem a função de desvendar o universo da própria polícia²¹. Percebe-se, portanto, que a problematização e o diálogo dos diferentes documentos constantes na série Dossiês possibilitam mapear o *embate* das memórias dos distintos agentes envolvidos na produção dos mesmos. De um lado, o material produzido pelos movimentos pela anistia. De outro, os relatórios e informes produzidos pela polícia política que refletem a *verdade* construída para justificar as ações de vigilância. Dessa maneira, esse acervo abre possibilidades para se historicizar diversos aspectos da vida pública praticados pelas organizações da sociedade civil que eram observadas e para entender a *lógica* que permeia as funções exercidas pela polícia política.

Referências bibliográficas

APOLLONIO, L. *Manual de Polícia Política e Social*. São Paulo: Escola de Polícia de São Paulo, 1954.

AQUINO, Maria Aparecida de. Um certo olhar. In: TELES, Janaína. *Mortos e Desaparecidos Políticos: Reparação ou Impunidade?* São Paulo: Humanitas; FFLCH, 2000.

AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marcos Aurelio Vannucchi Leme de; SWENSSON JR., Walter Cruz (Orgs.). *No coração das trevas: O DEOPS/SP visto por dentro*. v. 1. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2001.

ARAÚJO, M.; SOARES, G.; CASTRO, C. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a*

²⁰ AQUINO, Maria Aparecida de. Um certo olhar. In: TELES, Janaína. *Mortos e Desaparecidos Políticos: Reparação ou Impunidade?* São Paulo: Humanitas; FFLCH, 2000. p. 39.

²¹ KUSHNIR, Beatriz. Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes (os arquivos do DOPS – RJ e SP). In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 570-571.

repressão. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994.

BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3 andar: terrorismo de estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História)–UFRGS, Porto Alegre, 2006.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary D.; CASTRO, Celso. *A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *A volta aos quartéis*. A memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

KOSSLING, Karin Sant' Anna. *As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História)–Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

KUSHNIR, Beatriz. Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes (os arquivos do DOPS – RJ e SP). In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MACHADO, Flávia Burlamaqui. *As Forças Armadas e o processo de anistia no Brasil (1979-2002)*. Dissertação (Mestrado em História)–Departamento de História da UFRJ, Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. In: *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.1, n. 1, p. 30-45, jan./jun. 2009.